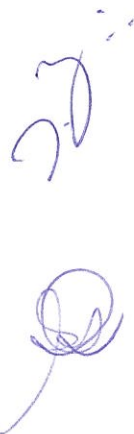


ATA REUNIÃO ORDINÁRIA COMDEMA 29/08/2017

1  
2 Aos vinte e nove dias do mês de agosto de dois mil e dezessete, teve início às dezessete  
3 horas e vinte minutos, na Câmara Municipal de Vereadores do Município de Ponta Grossa,  
4 em segunda chamada, a reunião ordinária com a presença da presidente do COMDEMA  
5 Caroline Schoenberger, Secretário Executivo COMDEMA/SMMA/PMPG Paulo Eduardo  
6 Oliveira de Barros e os conselheiros Vicente Nadal Neto, Diego Silvério dos Santos, Giovanna  
7 Paola Primor Ribas, Ricardo Johansen, Vitor Moreira Borsato, Henrique Simão Pontes,  
8 Robson Carlos Klimionte, Isabele Futerko, Mario Cesar Panazollo, Geraldo Luiz Mikowski,  
9 José Vanilson Cordeiro, Gustavo Ribas Netto, Neymar de Meira Albach e Elizabeth W.  
10 Scheffer, Fabio N. Puglieri. Visitantes nesta reunião: Gabriela Leonhardt (ICMBIO), Matheus  
11 R. Barros (UEPG), Fabiano I. Oroski (SANEPAR), Brasil Mauricio V. Martins (Sind. Comércio),  
12 Lilian M. Garcia (ICMBIO), Nicolas P. Ribeiro (UEPG) e Juliana M. L. D'Eleotério (UEPG). A  
13 presidente do COMDEMA, Sra. Caroline Schoenberg iniciou a reunião lendo a pauta:  
14 aprovação de ata, interligação da 5ª célula do aterro do botuquara, indicação de novas  
15 entidades pela SMMA, (fazer a alteração do regimento interno do COMDEMA e da Lei  
16 11233), plano municipal de saneamento básico, assuntos gerais. Sobre a aprovação da ata  
17 de 28/06/17, o conselheiro Ricardo fez duas considerações: o conselheiro Neymar ficou de  
18 averiguar quem assinou a matéria que saiu no portal da prefeitura e qual foi a fonte da  
19 notícia em que a presidente declarou que o conselho se posicionou a favor a licitação (não  
20 houve nenhuma manifestação da Caroline a respeito deste assunto para nenhum jornal). O  
21 conselheiro Neymar argumentou que se passou somente uma reunião e a PMPG não emitiu  
22 nota referente a este assunto. O conselheiro Henrique disse que neste caso cabe ao  
23 COMDEMA acionar o repórter e o jornal que fizeram a matéria. A presidente Caroline  
24 esclareceu que nunca falou que o conselho tinha um parecer definitivo sobre a licitação. As  
25 atas de 28/06/17 (conselheiro Henrique se absteve por não ter participado desta reunião) e  
26 02/08/17 foram aprovadas pelos conselheiros (sendo anexada a lista de presença às  
27 referidas atas). Dando sequência a pauta, sobre a interligação da 5ª célula, o secretário  
28 Paulo Barros disse que a obra foi entregue na última segunda feira (28/08/17) e esclareceu  
29 que desde 1º de janeiro (data da sua posse como secretário da SMMA) todo o lixo coletado  
30 no município foi depositado na 5ª célula e tem o compromisso assumido de retirar todo o  
31 lixo da área de transbordo e colocar na 5ª célula. Esta célula tem uma vida útil estimada  
32 entre 18/20 meses com a ampliação e caso venha a ser prorrogado o uso do botuquara será  
33 necessário que se faça mais uma pequena obra na lateral para que se recolha o lixo que está  
34 no chão para dentro da 5ª célula. Deixou claro a todos os conselheiros que a 5ª célula (caso  
35 seja prorrogado o uso do botuquara pela juíza) tem capacidade para receber o lixo por mais  
36 20 meses. Todos os cálculos de espaço estão sendo revisados, para que se tenha uma  
37 solução mais clara do tempo que se poderá operar a 5ª célula. Disse ainda que a 5ª célula  
38 recebeu investimentos de R\$ 700.000,00 e que temos hoje na conta 141-8 (cotas do aterro  
39 - FUNDAM) um saldo de aproximadamente R\$ 150.000,00, onde vem consultar o conselho  
40 para utilizar este valor para o pagamento parcial desta obra tendo em vista que são  
41 R\$150.000,00 provenientes de cotas de terceiros no aterro. Salientou que existem empresas  
42 que estão devendo mais ou menos R\$ 23.000,00 de cotas do aterro (da gestão anterior) e  
43 está sendo cobrado destes inadimplentes. Esclareceu que desde 13/01/17 (data da ordem  
44 de serviço) está determinado que o aterro não receba mais resíduos de terceiros, citou como  
45 exemplo a COOPERCONCRE que comprava cotas para enviar resíduos da construção civil  
46 para o aterro. A conselheiro Ricardo parabenizou o secretário pela sua manifestação e  
47 perguntou a partir de quando seria o prazo de 18 a 20 meses e qual o possível impacto nos

48 arenitos provocado pelo lixo jogado na área de transbordo, que vai ser retirado no final. O  
49 secretário Paulo informou que seria a partir do dia 28/08/17 (data que foi entregue a obra)  
50 e sobre a área de transbordo depende do resultado da licitação e também da conversa na  
51 reunião com a Dra. Poliana. Hoje tem espaço suficiente para colocar o transbordo dentro da  
52 5ª célula. Caso seja acatado pela sociedade e pela juíza mais dois anos de aterro do  
53 botuquara, será necessário fazer uma pequena ampliação para colocar o transbordo. Com  
54 relação ao impacto, 14 meses de lixo no chão é significativo. Quanto ao encerramento do  
55 aterro do botuquara, serão feitos estudos técnicos aprofundados na questão geológicas e  
56 hídricas subterrâneas. Na réplica, o conselheiro Ricardo perguntou se não seria este o  
57 momento, uma vez que tem dinheiro em caixa e capacidade de recepção para transferir já  
58 o transbordo e parar de provocar o impacto do lixo no chão. O secretário Paulo disse que o  
59 serviço já vai ser feito, mas aos poucos, equilibrando o que vai ser recebido na coleta diária  
60 e em uma semana não tem condições operacionais de se fazer tudo, uma vez que são doze  
61 meses de lixo que ainda estão jogados no chão. O conselheiro Henrique lembrou que na  
62 reunião passada foi decidido que o posicionamento do conselho perante a juíza seria de um  
63 aterro público. Perguntou ao secretário Paulo se foi levado ao prefeito a proposição do  
64 COMDEMA para que a PMPG mude de ideia, porque se continuar com a licitação, não vai  
65 ter autorização de aumento do prazo do botuquara pela juíza. O secretário Paulo disse que  
66 recebeu um ofício do COMDEMA para o prefeito e que não teve tempo de discutir, porque  
67 o prefeito estava em viagem. Disse ainda que a posição da SMMA é terceirizar, seja por  
68 licitação ou parceria com a SANEPAR. Na réplica, o conselheiro Henrique disse que o  
69 conselho precisa cobrar um responsável pela área de transbordo e que tem dúvidas quanto  
70 a liberação do dinheiro do FUNDAM, devido as denúncias no MP sobre o uso suspeito deste  
71 dinheiro. Como representante do GUPE já se posiciona contrário ao uso deste dinheiro por  
72 não ter acesso aos extratos. Também ressaltou que conforme a lei, o COMDEMA não precisa  
73 mais opinar. O secretário Paulo explicou que das 05 contas do fundo, todas as despesas  
74 passam por processo de licitação. Não tem nenhum risco de sair dinheiro do fundam sem  
75 processo licitatório. Explicou que tem uma política diferente em relação ao FUNDAM e que  
76 encaminhará aos conselheiros o saldo atual. A conselheira Isabelle perguntou se o conselho  
77 deu um encaminhamento solicitando penalização dos responsáveis pela área de transbordo  
78 e também perguntou à Dra. Giovanna sobre a alteração do decreto. O secretário pediu para  
79 responder a primeira pergunta: já foi determinado pela controladoria para que a SMMA faça  
80 uma sindicância sobre a obra da 5ª célula. A comissão já está formada e ouvindo o  
81 depoimento das pessoas envolvidas, investigando onde estão os erros e porque  
82 aconteceram. Se comprometeu a apresentar ao conselho o resultado desta auditoria interna  
83 (sindicância). A presidente Carolina disse que o COMDEMA não apresentou nenhuma ação  
84 em relação a 5ª célula. A conselheira Giovanna parabenizou o secretário Paulo pela  
85 instauração da sindicância. Em relação ao decreto, disse que ele não tem força para alterar  
86 a lei municipal, portanto, permanece O COMDEMA tendo que decidir junto com a SMMA a  
87 destinação dos recursos do FUNDAM. As ações devem ser feitas por ONG'S porque o  
88 conselho não tem personalidade jurídica para entrar com as ações. A presidente Caroline  
89 pediu para deixar público e registrado que encaminhou um ofício ao MP e por telefone, um  
90 assessor informou que seria engavetado, sendo esta a resposta de vários ofícios. A  
91 conselheira Giovanna pediu para que o secretário Paulo enviasse ofício solicitando o uso do  
92 dinheiro do FUNDAM, para que fosse colocado na pauta da próxima reunião. A presidente  
93 Caroline observou que o conselho está sendo respeitado pela SMMA, uma vez que o  
94 secretário está solicitando a aprovação da utilização do dinheiro para o pagamento da obra.  
95 O conselheiro Henrique pediu para apresentar junto com a solicitação o plano de aplicação

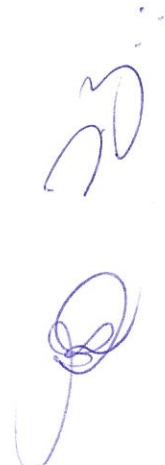


96 deste recurso. O conselheiro Evandro disse que a prestação de contas do FUNDAM não foi  
97 aprovada e está pendente o relatório da comissão. A conselheira Giovanna disse que  
98 entregou à Isabelle uma minuta do parecer e que a Elaine (integrante da comissão) não tem  
99 participado das reuniões. A presidente Caroline disse que ela é representante da SMOSP e  
100 foi escolhida por ser formada em economia. O conselheiro Evandro pediu que a prestação  
101 de contas seja apresentada num tempo mais breve, ficando mais fácil para ser analisada. A  
102 presidente Carolina alertou que o conselho deve ajustar a comissão para voltar este assunto  
103 em outra reunião. O secretário Paulo disse que está requerendo junto à secretaria de  
104 finanças a verba de 1% da SANEPAR que era repassado para ARAS. Está sendo feito um  
105 estudo para alteração da Lei do FUNDAM na questão do saneamento e na próxima reunião  
106 será apresentado ao conselho a minuta de alteração do decreto 11.868/16. A presidente  
107 Caroline pediu a indicação de mais um integrante para a comissão de avaliação das contas  
108 do FUNDAM, onde o conselheiro Diego da Câmara de Vereadores assumiu o lugar da Eliane  
109 da SMOSP, ficando a comissão formada pela Giovanna, Isabelle e Diego. Dando continuidade  
110 na pauta a presidente Caroline explicou que a indicação de novas entidades pela SMMA  
111 seria para a mudança da lei após a eleição da nova gestão, por não ter tempo hábil para a  
112 mudança da legislação antes do novo biênio. O secretário Paulo disse que temos no  
113 conselho a concessionária de energia elétrica, de saneamento (água e esgoto) e não temos  
114 a concessionária de resíduos sólidos, por isso a participação da PGA neste conselho.  
115 Também temos o IAP, a SEMA, faltando o ICMBIO que sempre está presente nas reuniões  
116 do conselho, diferente da SEMA que não participa das reuniões. Diante do exposto, a  
117 proposta da SMMA é que seja incluída a PGA, o Instituto Chico Mendes e uma vaga para  
118 uma ONG desde que seja atuante na área de meio ambiente. O conselheiro Henrique  
119 ressaltou que tem pedido a entrada do ICMBIO neste conselho desde 2015. Disse que a  
120 proposta do secretário é muito boa, porém tem muitos conselheiros que não aparecem nas  
121 reuniões e acaba sendo até desrespeitoso com as entidades que não fazem parte do  
122 conselho e sempre estão presentes. Sugeriu que o conselho de meio ambiente siga o modelo  
123 do conselho da saúde, sem nomear as entidades. Seria mais trabalhoso, mas o ideal seria  
124 uma conferência municipal de meio ambiente onde as instituições se candidatariam e se  
125 elegeriam dentro da conferência, sendo nomeadas via decreto para aquele mandato. Se não  
126 participarem, seriam substituídas no próximo mandato, sendo mais democrático, pensando  
127 nas entidades que querem participar e colocando de fora aqueles que somente estão de  
128 nome, citando a SEMA e o IAP que nunca participam. Disse que não tem nada contra a SEMA,  
129 o Rotary ou o Lions, porém tem que seguir a lei, onde três faltas consecutivas ou 5 alternadas  
130 perde o direito. A conselheira Isabelle disse que já havia levantado a questão da conferência  
131 e já participou do conselho de saúde, onde 50% das vagas são para governo, poder público  
132 e instituições que prestam serviço para o poder público e 50% para a sociedade civil  
133 organizada, sendo uma maneira bem democrática. No caso da SEMA e IAP, do Rotary e do  
134 Lions Club, um pode ser titular e outro suplente na mesma cadeira. O secretário Paulo  
135 explicou que na criação do conselho em 2004, foi usado o modelo do ministério do meio  
136 ambiente: o tripartite. Entende que precisa ser saneado o conselho, onde hoje temos 27  
137 entidades. O conselheiro Henrique disse que a sua proposta é manter o tripartite, porém  
138 sem nomear entidades. A presidente Caroline disse que para este biênio não tem como fazer  
139 esta alteração de lei. O conselho deve fazer uma proposta para alteração de lei para o  
140 próximo biênio. Para o biênio 17/19 mantém-se a lei como está agora. O secretário Paulo  
141 disse que partiria da secretaria uma solicitação para o prefeito mandar uma mensagem para  
142 a câmara de vereadores para incluir de imediato estas 3 entidades. A presidente Caroline  
143 perguntou se a ideia do prefeito é fazer a alteração agora, antes de setembro. O secretário


144 Paulo disse que a posse de três entidades, desde que mantenha o equilíbrio, é  
145 independente, podendo ser antes ou depois. O que deve ser discutido é a questão das  
146 ONG's. A Caroline disse que é bom ver na câmara se dá tempo de tramitar e alterar a lei. O  
147 secretário Paulo disse que é possível, pedindo regime de urgência. A conselheira Giovanna  
148 disse que seria interessante o ingresso do CRC (conselho regional de contabilidade) ou o  
149 SESCOOP. O conselheiro Diego alertou que é prudente, primeiro, verificar se eles gostariam  
150 de participar do conselho e teriam membros para indicar. O conselheiro Gustavo disse que  
151 existe as faltas, estas faltas estão vinculadas a uma entidade na lei, onde a lei diz que a  
152 entidade participa, porém se faltar ela não participa. O secretário Paulo falou da entidade  
153 que não existe mais: a UAMPG. O conselheiro Ricardo sugeriu para fazer uma consulta a  
154 todas as entidades participantes do conselho, exigindo que neste mês de setembro elas  
155 confirmem o interesse e indiquem o seu representante. Ficará implícito o desinteresse das  
156 que não se manifestarem. Diante desta informação vai ser consultada outras entidades,  
157 fazendo a triagem: tem interesse ou não. Um sistema mais adequado, onde elimina os  
158 desinteressados, compondo com os interessados. O conselheiro Diego solicitou um  
159 esclarecimento sobre o nº de faltas, se é substituído o representante ou a entidade, onde a  
160 presidente disse que será excluída a entidade e substituída por outra. O conselheiro  
161 Henrique disse que o IAP e a SEMA já deveriam ter sido excluídos do conselho. Como é  
162 preciso alguém do estado para representar, coloca uma cadeira como titular e suplente para  
163 as duas entidades, abrindo uma cadeira para o ICMBIO. Também é importante abrir mais  
164 vagas para ONG's porque hoje tem 4 cadeiras que estão sendo dividida por sete ONG's. Se  
165 o Rotary e o Lions, que representam a sociedade civil organizada não estão participando,  
166 deve abrir para outras ONG's que também são sociedade civil organizada. Por isso o ideal é  
167 não nomear. Conforme a Lei 11233, se faltou, tem que ser desligada. A Caroline disse que é  
168 possível passar em regime de urgência, mas precisa se verificar os prazos de votação na  
169 câmara. O conselheiro Diego disse que agora é a hora de rever todos estes questionamentos  
170 na lei. A conselheira Giovanna disse que na lei não está claro se o IAP poderá ser excluído  
171 do conselho. Pediu para que fosse encaminhado aos conselheiros a frequência do biênio. O  
172 conselheiro Henrique disse que pode ser substituído a SEMA colocando uma instituição  
173 vinculada ao poder público, o ICMBIO. Tem que cumprir o que está na lei. O conselheiro  
174 Gustavo observou que não pode ser precipitado, tem que rever a lei como um todo. A presidente  
175 Caroline replicou que a alteração da lei poderá ser feita em regime de urgência. A proposta  
176 da SMMA é a indicação de novas entidades, onde foram indicados uma entidade da  
177 sociedade civil, o ICMBIO é uma autarquia e uma ONG. Poderia futuramente substituir UEPG  
178 e CEFET por universidades. Pelo § único do art. 5º, sobre as faltas injustificadas, entende  
179 que poderá ser feita a substituição de entidades. Como veio essa sugestão de novas  
180 entidades, caberia uma análise e decidir em uma reunião extraordinária a ser marcada. A  
181 conselheira Giovanna disse que uma reunião extraordinária seria interessante para fazer  
182 alguns ajustes internos e administrativos, como a resolução da petição das câmaras técnicas,  
183 também uma atuação por nº de processo interno ou ofício para controle das pautas.  
184 Sugeriu também a criação de um site do conselho, para publicizar as discussões e  
185 disponibilizar os documentos e atas. O secretário Paulo Barros disse que a SMMA está  
186 desenvolvendo um site para a secretaria e que tem um espaço para o conselho. Em breve  
187 vamos ter o lançamento da nova logo e do portal da secretaria onde todos serão convidados.  
188 Disse ainda que gostaria que a proposta das novas entidades fosse votada pelos  
189 conselheiros: sim ou não. A conselheira Isabelle observou que, no caso das faltas, ao excluir  
190 as instituições, quebra a paridade, voltando ao que o conselheiro Henrique falou, para não  
191 nomear quem vai ocupar a cadeira, obedecendo o segmento: se vai representar o poder

192 público, o poder empresarial ou a sociedade civil organizada. No caso de faltas, elimina  
193 aquela entidade e qualquer outra deste setor poderá representar, caso contrário irá  
194 acontecer o desequilíbrio. A presidente Caroline disse que se fizer uma análise direta da lei,  
195 seria isso. Por isso é interessante fazer a readequação do regimento. Falou que é  
196 interessante fazer a escolha de quem realmente participa. Disse que a princípio foi contra a  
197 proposta do conselheiro Henrique, mas depois observou que tem entidade que quer  
198 somente ter o nome no conselho. Como o assunto em pauta é a indicação de novas  
199 entidades, precisamos decidir se faz uma alteração na lei para incluir para o próximo biênio  
200 a concessionária de resíduos, o ICMBIO e a colocação de mais uma cadeira de ONG. A  
201 conselheira Giovanna perguntou como ficaria, se houver a licitação. O secretário Paulo  
202 respondeu que neste caso uma ficaria como titular e outra como suplente. Ressaltou que é  
203 importante que os serviços de água e esgoto e energia elétrica estão no conselho. A  
204 presidente Caroline completou dizendo que sai a entidade JAMPG, muda IAP e SEMA e a  
205 FETRAF declarou por ofício que não quer mais participar. O conselheiro Henrique  
206 complementou que é a FETRAF e o Sindicato dos Hoteleiros. O secretário Paulo Barros  
207 sugeriu enviar para a câmara municipal a inclusão destas três entidades e também a  
208 exclusão das entidades que não tem comparecido, desde que fique o equilíbrio. O  
209 conselheiro Henrique voltou a falar que, se for apresentar uma proposta de exclusão,  
210 coloca-se as instituições que estão solicitando entrar no COMDEMA. Sugeriu colocar o  
211 ICMBIO no lugar da SEMA, a ONG no lugar da FETRAF e as outras solicitações, depois  
212 modifica. A presidente Caroline sugeriu que a SMMA encaminhe um relatório sobre o  
213 assunto ou o conselho institui uma câmara técnica para debater este assunto. A conselheira  
214 Giovanna perguntou se foi encaminhado ofício para as entidades faltantes, por exemplo IAP,  
215 informando que o seu representante não está comparecendo nas reuniões. Disse que não  
216 pode ser excluída uma entidade sem a prévia comunicação. O conselheiro Henrique  
217 lembrou que na gestão do Edilson Gorte e do Renato Webber foi oficiado as entidades  
218 faltantes. Elas aparecem somente no momento da substituição. O conselheiro Ricardo  
219 observou que não está sendo seguida a pauta e que deve-se marcar uma reunião específica  
220 para tratar deste assunto. Sugeriu um relatório por e-mail para ser debatido na próxima  
221 reunião. A presidente Caroline sugeriu aguardar o relatório. A conselheira Giovanna sugeriu  
222 colocar também na pauta a instituição das câmaras técnicas. A presidente Caroline marcou  
223 uma reunião extraordinária para 12/09/17 tendo como pauta as cadeiras do conselho e as  
224 câmaras técnicas. Passou para o próximo assunto da pauta que é a consulta pública do plano  
225 municipal de saneamento básico: está aberta no site até 31/08 para que todos os municípios  
226 façam as observações relativas ao plano. Perguntou ao secretário Paulo porque está  
227 constando dentro do site as questões relativas a renovação do contrato da SANEPAR, o  
228 plano de saneamento antigo e se tem relação como novo plano de saneamento. O secretário  
229 Paulo Barros disse que a intenção é deixar no site para preservar o histórico, é uma  
230 continuidade do que aconteceu em 2016. O objeto desta discussão é a revisão do plano  
231 municipal água e esgoto. As observações que o Henrique enviou já foram acolhidas. A  
232 audiência pública acontecerá dia 19/09/17 às 14:00 horas. Todas as observações das  
233 entidades poderá ser em forma de ofício, na audiência pública ou, preferencialmente, no  
234 site. Explicou que se houver outra contratação com a SANEPAR, vai ser objeto de nova  
235 audiência pública. Hoje é o plano de saneamento básico. O conselheiro Henrique perguntou  
236 se houve pagamento para a consultoria que revisou o plano ou foi de bom grado. O  
237 secretário Paulo respondeu que o pagamento foi feito pelo IPLAN. Disse que foi feita a  
238 revisão com base no que foi discutido na audiência pública e que a essência do plano foi o  
239 sistema de captação de transporte e distribuição de água e esgoto. Por isso as questões




240 geológicas não estão bem claras, sendo corrigidas. O conselheiro Henrique observou que  
241 apesar de pago, mante-se o mesmo texto, sendo um trabalho muito mal feito. Perguntou se  
242 as considerações feitas por ele poderia constar na ata, para que sejam observadas antes da  
243 audiência pública. O secretário Paulo replicou que as manifestações do conselheiro já foram  
244 acolhidas e que vai anexar como errata. O conselheiro Henrique também observou que  
245 conforme a lei 11.445, o plano deveria contemplar resíduos sólidos e escoamento pluvial,  
246 onde o secretário Paulo informou que a drenagem não foi objeto de contratação. O  
247 conselheiro Henrique disse que questionou na audiência pública e volta a questionar o  
248 cronograma de ações, onde os investimentos estão previstos para 2025. Alertou os  
249 conselheiros que existe um plano onde as ações só vão começar a se concretizar em 2025.  
250 Pediu novamente para deixar registrado estas considerações na ata do COMDEMA e que  
251 também é contra o plano municipal do jeito que ele está. O secretário Paulo Barros deixou  
252 claro que o plano está sob consulta, vai ser realizada uma audiência pública para dirimir  
253 todas as dúvidas, a drenagem é um assunto que já foi discutido no IPLAN e é muito  
254 complexo, difícil de ser feito porque não tem nenhum histórico do tamanho das manilhas  
255 colocadas em cada rua e para fazer um levantamento sério de drenagem urbana com as  
256 micrc-bacias, o custo aproximado é de R\$ 300.00,00, então foi decidido finalizar o plano  
257 diretor, contratando uma nova empresa (a anterior quebrou e desistiu do contrato), para  
258 depois fazer o plano de drenagem, separando água e esgoto, lixo e drenagem urbana, sendo  
259 revisados no máximo de 4 em 4 anos. A presidente Caroline perguntou ao conselheiro  
260 Henr que se ele colocou as suas considerações no site e ele disse que não, onde foi  
261 informado que existe um espaço no site para todas estas observações. A conselheira Isabelle  
262 perguntou qual o período de aplicação do plano e o secretário Paulo respondeu que é de 20  
263 anos, revisado a cada quatro anos e como são obras de grande vulto, está estabelecido um  
264 novo manancial onde vai ser captado água do Rio Tibagi, mas não está detalhado no projeto.  
265 Tem também resoluções de problemas históricos, como aumento da reserva do Los Angeles  
266 e reforço de rede (plano diretor de água e esgoto da cidade). Entrando nos assuntos gerais,  
267 a presidente Caroline perguntou se o conselho já tem uma data marcada para falar com a  
268 Dra. Poliana a respeito do Botuquara e da licitação. O secretario Paulo Barros disse que tem  
269 que agendar com o procurador que encontra-se em Brasília, mas a princípio ficou para o  
270 início de setembro. Na réplica, a presidente Caroline disse que só pode na quinta-feira por  
271 força maior e que a questão da licitação é preocupante pelo seu valor de R\$ 8.500.000,00  
272 porteira fechada, onde vai ser recebido somente o lixo e feita a destinação, não está previsto  
273 o transporte e o valor aproximado seria de R\$ 20.000.000,00, onde ficaria mais barato hoje  
274 pagar a multa do TAC e tentar resolver esse valor. Disse que o conselho vai tentar conversar  
275 novamente com a juíza e com o ministério público para estender o prazo do aterro por mais  
276 dois anos e dentro deste prazo procurar uma solução. A conselheira Isabelle informou ao  
277 conselho sobre o edifício vogue, empreendimento de 50 andares que seria construído no  
278 bosque Honório, terreno entre o colégio neo máster e o fórum, e que através de uma  
279 negociação muito bem conduzida pelo MP, o empreendedor entendeu que ali não era o  
280 local adequado para a construção. Deixou aos conselheiros um pedido do grupo Fauna para  
281 que o COMDEMA encaminhe um pedido para que aquela área se transforme em parque. A  
282 presidente Caroline complementou que não foi um trabalho só do MP, teve um trabalho  
283 contínuo de ONG's e de populares na defesa daquela área. Disse ainda que é uma área  
284 central com árvores nativas e que todos entendem que deve ser preservado e gostaria de  
285 formalizar um pedido para o secretário, para que chegasse ao prefeito, para transformar  
286 aquele local em área de preservação. O secretário Paulo Barros perguntou a conselheira  
287 Isabelle se foi assinado um termo de compromisso que não seria construído o prédio



288  
289  
290  
291  
292  
293  
294  
295  
296  
297  
298  
299  
300  
301  
302  
303  
304  
305  
306  
307  
308  
309  
310  
311  
312  
313  
314  
315  
316  
317  
318  
319

naquela área, porque aquele imóvel tem outro valor venal quando existe um impeditivo em relação ao bosque. Explicou que a PMPG comprar um imóvel com potencial construtivo pleno é um preço e para fazer um parque é outro preço e temos que ser justo com quem preservou. A presidente Caroline perguntou se o conselho concorda em oficializar o pedido para o município analisar transformar o local em parque. O conselheiro Ricardo disse que a NATUS entende que se está criando um ônus financeiro para o município, onde bem trabalhado, poderia ganhar uma área maior e mais rica do que a área em questão. O conselheiro Evandro disse que é somente um pedido de estudo de viabilidade. O conselheiro Ricardo disse que se o conselho sair desta reunião com a ideia de que concorda com o estudo, estão passando a responsabilidade para o município que está quebrado. O conselho cria um problema. Não é parque, é uma área que foi preservada e que está custando caro para o proprietário. O conselheiro Henrique disse que é só uma questão de indicação de estudos e que ele é favorável para uma possível criação de Unidade de Conservação. O conselheiro Gustavo disse que o conselho deve discutir melhor o assunto para apresentar algo mais consolidado e que a partir da criação da UC o município deve manter e cuidar das unidades. A presidente Caroline discordou e disse que o conselho deve aproveitar o momento para fazer esta solicitação. A conselheira Isabelle alertou que temos no município um problema sério que é a especulação imobiliária. A presidente Caroline colocou em votação nominal a proposta para indicação de estudos de uma possível criação de UC no terreno localizado em frente a Silva Jardim, ao lado do colégio neo máster. Vicente Nadal Neto: contra. Diego: contra. Evandro: contra. Giovanna: favorável. Ricardo: contra. Henrique: favorável. Isabelle: favorável. Mario César: contra. Geraldo: contra. Jose Vanilson: já havia saído da reunião. Gustavo Ribas Netto: contra. Neymar: se absteve. Elizabeth: a favor. Por sete votos contrários e quatro votos favoráveis, não vai ser encaminhado o pedido de proposta para indicação de estudos de uma UC do parque. A presidente Caroline informou que o GUPE protocolou um ofício com mídia digital informando três denúncias junto ao MP: inquérito civil de supressão de área de preservação permanente com canalização do arroio charqueado na Ronda, um processo administrativo referente alterações irregulares realizadas na lei do FUNDAM e o uso irregular de recursos oriundos de compensação ambiental para construção da barragem do lago de olarias. O GUPE solicita que o COMDEMA avalie estas denúncias e faça um posicionamento a respeito destas matérias. Encerrou a reunião às 19h20min. Ata transcrita por Vera Lucia Rudek.

320  
321  
322  
323  
324

  
CAROLINE SCHOEMBERG  
Presidente COMDEMA

  
PAULO EDUARDO OLIVEIRA DE BARROS  
Secretário Executivo/PMPG/SMMA